

O Impacto da Assinatura do Tratado de Roma na Imprensa Portuguesa da Época, Conferência apresentada por Adelino Gomes (*Público*)* – Recensão crítica, por Rita Correia.

Há claramente uma minimização do acontecimento – é, em síntese, a conclusão a que Adelino Gomes, jornalista do *Público*, chegou, depois de consultar um leque de periódicos que seleccionou com a preocupação de que reflectissem todas as “correntes” de opinião. Manifestação ténue, obviamente, porque sob o regime do Estado Novo, com os seus mecanismos de censura, falar de “opinião” é um sofisma.

Daquele corpus de investigação fizeram então parte os jornais: *Diário Ilustrado*, *Diário de Lisboa*, *Diário da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *República*, *O Século*; e as revistas *Vida Mundial* e *Seara Nova*. Através deles, Adelino Gomes procurou, em primeiro lugar, dar alguma definição à imagem que tinha do país e do mundo em 1957.

Essa focagem, que considerou o pormenor – a oferta das salas de cinemas e de teatro – e o panorâmico – os “grandes” temas nacionais e internacionais –, revelou-lhe o «êxito colossal» do filme *Guerra e Paz*, com Audrey Helburn, Henry Fonda e Mel Ferrer, e um *Cantinflas na Ribalta*, com Christiaie Martol; o Benfica campeão nacional 1956-57 e muitas outras notícias do «foot-ball»; o recenseamento para as eleições da Assembleia Nacional; a reabertura do canal de Suez; os conflitos do Médio Oriente; o Encontro nas Bermudas entre o Presidente Eisenhower, dos EUA, e o 1º Ministro Britânico, MacMillan, para afinar uma estratégia global de defesa, entre outras. Um quadro noticioso com muitas semelhanças com o que encontramos hoje - comentou.

Voltando ao plano nacional. Adelino Gomes fez questão de sublinhar a insistência no tema da visita de Isabel II. Já havia passado mais de um mês desde que a rainha deixara o país, mas pelas páginas da maioria dos periódicos continuava a ecoar todo o salsifré provocado pela sua passagem. Além de outras notícias com ela relacionadas, como a que é apresentada pelo *Jornal do Comércio*, no dia 25 de Março, e que assinala a presença do Chefe de Estado, Craveiro Lopes, do Presidente do Concelho, Oliveira Salazar, e de uma série de ministros e outras personalidades numa sessão do recém-estreado filme de António Lopes Ribeiro sobre a visita de Isabel II. Na mesma página há uma breve notícia sobre a assinatura do Tratado que se verificava nessa mesma data. Um caso que exemplifica de forma contundente um dos constrangimentos do jornalismo: o de nem sempre reflectir a real importância dos acontecimentos, pecando quer por excesso, quer por defeito.

A forma minimizadora como a imprensa tratou a Assinatura do Tratado de Roma decorre, entre outros, dos seguintes aspectos:

- i) da ausência de “um olhar português”, ou seja, do facto de nenhum repórter nacional acompanhar de perto o momento;

* Conferência apresentada no âmbito do Colóquio **O Tratado de Roma, 50 Anos Depois (1957-2007)**, 2.ª Comunicação (Hemeroteca Municipal de Lisboa, 22 de Maio de 2007)

- ii) da grande maioria das notícias, de natureza predominantemente informativa, resultar de traduções de textos de agências e jornais estrangeiros;
- iii) da falta de diversidade e originalidade da informação que é prestada ao público;
- iv) de um acompanhamento irregular do acontecimento, quer no tempo, quer no destaque e profundidade.

Da análise comparativa entre os títulos pesquisados, Adelino Gomes não deixou de sublinhar a surpresa que lhe causou o *República* pela forma tardia como tratou o tema: a primeira notícia surge só a 31 de Março, ou seja 5 dias depois da assinatura do Tratado. Surpresa também na forma como o *Diário da Manhã*, o jornal do regime, abordou o assunto, com o mesmo tipo de notícias que eram publicadas nos outros jornais diários (*Diário de Notícias*, *O Século*, entre outros), sem opinião. Já o *Jornal do Comércio* foi, na sua opinião, o que deu mais relevo ao assunto pela forma continuada com se lhe referiu. Destaque ainda para o *Diário Ilustrado*, reputado como o mais “moderno” – espécie de “Público” da época, comentou – porque foi o único que apresentou uma notícia redigida por jornalistas portugueses.

Quanto às razões que podem explicar esta situação, Adelino Gomes, avançou algumas hipóteses, mas cuja validade e relevância deverá ser confirmada com um estudo mais minucioso. A censura é a que de imediato ocorre, mas não explica o facto de as notícias serem praticamente “iguais”.

Há também que considerar a auto-censura resultante da indefinição sobre qual a perspectiva “politicamente correcta”. De facto, embora o regime tivesse optado pela não assinatura e, por outro lado, estivesse a negociar com outros países – Inglaterra, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça – a criação da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), não assumia uma posição hostil face à CEE. O que explica o tom neutral da abordagem jornalística do *Diário da Manhã*, igualmente adoptado pelo *Diário de Notícias* e também perceptível n’*O Século*.

Ao déficite de notícias no jornal *República* talvez não seja alheia a indefinição que reinava na oposição republicana e liberal quanto à questão europeia. Com efeito, esta não estava devidamente esclarecida, não havia uma posição “oficial” sobre o assunto e, por outro lado, a questão europeia não era, nesta altura, uma prioridade política, tanto mais que a oposição já estava fortemente empenhada na candidatura do general Humberto Delgado à presidência da República, cujas eleições estavam agendadas para o ano seguinte. Corroborar esta hipótese o facto de todas as edições do *República* apresentarem artigos a incentivar o recenseamento da população.

Já o tratamento jornalístico que o *Jornal do Comércio* e *Comércio do Porto* dispensam à assinatura do Tratado de Roma poderá traduzir o posicionamento das elites económicas face à questão europeia e às possibilidades que a constituição de um mercado comum poderia trazer para os seus interesses.

Lisboa, 24 de Maio de 2007.